

## **SOBRE A CONJUNTURA NACIONAL E O PAPEL DA ANDIFES – CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE E PROPOSTA DE TRABALHO PARA A DIRETORIA DA ANDIFES**

No Brasil contemporâneo, de crise política e econômica, de supressão de direitos, de fragilidade das instituições, de corte nos recursos destinados à educação, ciência e tecnologia e de distanciamento entre a agenda política e os interesses da sociedade, o Sistema Público de Universidades Federais tem um papel fundamental a desempenhar, como protagonista no debate sobre o futuro do país, integrando-se aos setores da sociedade que mantêm uma agenda de lutas por direitos, por inclusão e por cidadania.

Usufruindo da sua excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, e, também, da sua capacidade de liderança na sociedade, as universidades públicas federais, representadas pela ANDIFES, podem e devem estar à frente de lutas que garantam as condições para o seu adequado funcionamento e expansão, a recomposição de seus orçamentos, o respeito à sua AUTONOMIA, o restabelecimento de uma política nacional de ciência e tecnologia (e do próprio MCTI), a defesa do sistema público de atenção à saúde, aí incluídos os hospitais universitários, e o fortalecimento da democracia no país.

Um trabalho efetivo da ANDIFES no atual cenário requer unidade e coesão. É certo que construir a unidade em um coletivo de lideranças com diferentes visões e contribuições, e que, por sua vez, representam universos políticos heterogêneos (as próprias universidades) é um grande desafio, que deve ser perseguido de modo permanente, com transparência e com esforço de entendimento. Este é um compromisso indispensável para a Diretoria da ANDIFES e para todos os reitores e reitoras.

A atuação da próxima Diretoria da ANDIFES que vislumbramos como necessária nos espaços de disputa de projetos para o país deve contemplar, entre outros:

- a) A defesa firme do sistema de universidades públicas federais, de sua AUTONOMIA e de sua capacidade de responder às demandas da sociedade.
- b) O diálogo interno para a construção de consensos quanto à atuação da ANDIFES no debate nacional sobre a garantia de direitos e, nesse âmbito, a garantia do funcionamento pleno do sistema de universidades públicas federais.
- c) O diálogo com os interlocutores institucionais, em favor do desenvolvimento pleno das universidades públicas. Aproveitando o momento político de eleições para a a Presidência da República e Congresso Nacional, apresentar uma carta de intenções construída pelo conjunto de reitoras e reitores, firmando compromissos com o caráter público e gratuito das universidades federais, plena autonomia e garantias de financiamento para o ensino, extensão, pesquisa e inovação.
- d) A parceria com universidades públicas estaduais, em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, com uma interação efetiva, a exemplo do apoio prestado pela ANDIFES às estaduais do Rio de Janeiro.
- e) O diálogo com entidades parceiras no meio acadêmico, científico e na sociedade, comprometidas com a educação pública, gratuita e de qualidade; e a construção, em conjunto com essas entidades, incluindo CONIFES, ANDES, PROIFES, FASUBRA, UNE, ANPG, SBPC e ABC, de estratégias e ações em defesa do sistema de universidades públicas federais, respeitando e preservando o papel de cada um.
- f) A autonomia das universidades federais na indicação dos dirigentes dos hospitais universitários, inclusive daqueles integrados à EBSERH, e a garantia do cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo para com esses hospitais, em particular quanto à contratação de pessoal, recuperação da infraestrutura física e de equipamentos e aquisição dos insumos para o seu funcionamento adequado.
- g) A liberação integral do orçamento do sistema de universidades públicas federais para 2017 e uma suplementação orçamentária, a fim de garantir o encerramento do exercício financeiro de 2017 com o cumprimento pelas universidades de todas as suas obrigações.
- h) A revisão do orçamento do sistema de universidades públicas federais para 2018, contemplando o conjunto das suas necessidades.

- i) A consolidação do projeto de expansão ainda em andamento. A liberação de recursos e vagas pactuados para novas universidades, novos *campi* e novos cursos. O cumprimento dos investimentos previstos para a instalação das novas universidades e a expansão do PNAES para garantir políticas de Assistência Estudantil mais amplas e compatíveis com o perfil atual do corpo discente das Universidades Públicas Federais.
- j) O desenvolvimento de ações que garantam as condições para funcionamento das novas universidades, com garantia do respeito à identidade e vocações de cada uma.
- k) A intensificação da participação das reitoras e dos reitores nas Comissões e Grupos de Trabalho da ANDIFES.
- l) A elaboração de um diagnóstico das necessidades de pessoal docente e técnico-administrativo em bases quantitativas e qualitativas e a superação das carências atuais.
- m) A reabertura do debate sobre a expansão do sistema de universidades públicas federais, dada a limitação do número de vagas ofertadas ante a enorme demanda na sociedade.
- n) A efetivação da retomada dos investimentos em pesquisa e inovação, o pagamento dos passivos acumulados pelas agências junto às universidades e grupos de pesquisa, a recuperação dos laboratórios e o financiamento de novos projetos. A regulamentação imediata e não restritiva da Lei 13.243/2016 (Marco Legal da C&T).
- o) A participação ativa da ANDIFES na Conferência Regional do Ensino Superior da UNESCO, em Córdoba, em junho de 2018, com a apresentação de documento construído pelo conjunto de reitoras e reitores, em defesa da educação superior como direito social.
- p) A luta pela recriação do Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação.
- q) A elaboração de iniciativas visando o incremento da internacionalização do sistema de Universidades Públicas Federais e a promoção de sua excelência acadêmica, científica, artística e cultural. Articulação em ambientes de cooperação internacional, apresentando o sistema de Universidades Públicas Federais como o mais importante componente do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Conclusão do portfólio bilíngue das Universidades Públicas Federais.
- r) A interlocução com os órgãos de controle (AGU, TCU e CGU), afirmando a AUTONOMIA das Universidades Públicas Federais.
- s) O aperfeiçoamento do sistema de trabalho na ANDIFES. Aprimorar a dinâmica de atuação colegiada da diretoria, com debate interno permanente e construção de propostas para apresentação ao Conselho Pleno. Manter os seminários, focalizando temas de interesse do sistema, e dedicar espaço nas reuniões para debater a inserção da ANDIFES na construção de soluções para a crise do país e para a superação dos problemas das universidades. Estimular o planejamento de médio prazo para o trabalho das comissões e alimentar com as suas produções os debates no Conselho Pleno. Deliberar no Conselho Pleno sobre representações da ANDIFES em fóruns externos.

Esta agenda, que tem sido construída com a participação de todas as reitoras e de todos os reitores que participam da ANDIFES, deve ser continuamente aprimorada em um trabalho coletivo, integrada a um compromisso mais amplo com a educação pública de qualidade em todos os níveis e com o cumprimento das metas do PNE. Com o propósito de trabalhar em favor da sua efetiva execução, colocamos os nossos nomes ao exame dos membros do Conselho Pleno da ANDIFES, com a seguinte composição para a Diretoria:

Presidente: Emmanuel Zagury Tourinho (UFPA)  
1º Vice-Presidente: José Arimathéia Dantas Lopes (UFPI)  
2º Vice-Presidente: José Roberto Soares Scolforo (UFLA)  
1º Suplente: Rui Vicente Oppermann (UFRGS)  
2º Suplente: Myrian Thereza de Moura Serra (UFMT)